



Turismo - Visão e Ação
ISSN: 1415-6393
ISSN: 1983-7151
luiz.flores@univali.br
Universidade do Vale do Itajaí
Brasil

Turismo de Base Comunitária: uma abordagem na perspectiva da análise de clusters

Teixeira, Fátima Regina; Vieira, Filipa Dionísio; Mayr, Luiz Robertop

Turismo de Base Comunitária: uma abordagem na perspectiva da análise de clusters

Turismo - Visão e Ação, vol. 21, núm. 2, 2019

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261060607001>

DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v21n2.p02-21>

Turismo de Base Comunitária: uma abordagem na perspectiva da análise de clusters

Community Based Tourism: an approach from the perspective of cluster analysis

Turismo de Base Comunitaria: un enfoque en la perspectiva del análisis de clusters

Fátima Regina Teixeira

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

fatima@ifsc.edu.br

 <http://orcid.org/0000-0001-6937-413X>


DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v21n2.p02-21>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261060607001>

Filipa Dionísio Vieira

Universidade do Minho, Portugal, Portugal

filipadv@dps.uminho.pt

 <http://orcid.org/0000-0001-6423-9449>

Luiz Robertop Mayr

*Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia,
Brasil*

mayrluiz@gmail.com

Recepção: 15/05/2018

Aprovação: 01/02/2019

RESUMO:

O Turismo de Base Comunitária (TBC) que se pratica no Brasil, embora reconhecido como uma importante estratégia de desenvolvimento local, apresenta problemas. A sua composição básica assemelha-se à do cluster de empresas. O conhecimento sobre formas de organizações como clusters poderia servir ao estudo e à análise de TBC, contribuir para a solução dos seus problemas e favorecer o seu desenvolvimento no território brasileiro. O modelo de cluster de Porter (1998) talvez sirva à análise de projetos de TBC, afinal envolve variáveis comuns a ambas as formas de organização, como localização geográfica, cooperação e compartilhamento de recursos. Este artigo tem como objetivo estudar de que forma a abordagem da análise de cluster poderia contribuir para o TBC em Florianópolis, Santa Catarina. Para tanto, realiza-se uma breve revisão da literatura sobre a temática e sua discussão com base em Porter, de dois Projetos de TBC existentes neste município. Da análise, depreende-se que a formação de parcerias com agências de turismo, a estruturação da governança endógena, a participação de entidades públicas, além das já envolvidas nos Projetos e a formação dos comunitários para o empreendedorismo, são as principais necessidades identificadas. A cultura local individualista é, por outro lado, o maior desafio a superar.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de Base Comunitária, Cluster, Desenvolvimento.

ABSTRACT:

Although Community Based Tourism (CBT), which is practiced in Brazil, is recognized as an important strategy for local development, it presents problems. Its basic composition resembles that of cluster of companies. Knowledge about forms of organization such as clusters could be used for the study and analysis of CBT, helping to resolve their problems, and favoring their development in the Brazilian territory. Porter's (1998) cluster model may be useful for analyzing CBT projects as it involves variables common to both forms of organization, such as geographic location, cooperation, and resource sharing. This paper studies how the cluster analysis approach could contribute to CBT in Florianópolis in the state of Santa Catarina. For this, a brief literature review was conducted on the subject, followed by a discussion, based on Porter, of two CBT Projects that exist in this municipality. Based on this analysis, the main needs identified are: the formation of partnerships with tourism agencies, the structuring of endogenous governance, the participation of public entities besides those already involved in the projects, and the training of community members for entrepreneurship. The biggest challenge to be overcome, meanwhile, is the individualist local culture.

KEYWORDS: Community based tourism, Cluster, Development.

RESUMEN:

El Turismo de Base Comunitaria (TBC), que se practica en Brasil, aunque reconocido como una importante estrategia de desarrollo local presenta problemas. Su composición básica se asemeja a la del cluster de empresas. El conocimiento sobre formas

de organizações como clusters poderia servir ao estudo e análise de TBC, contribuir para a solução de seus problemas e favorecer seu desenvolvimento no território brasileiro. O modelo de cluster de Porter (1998) pode servir para analisar os projetos de TBC, porque implica variáveis comuns a ambas formas de organização, como localização geográfica, cooperação e recursos compartilhados. Este artigo tem como objetivo estudar como o abordaje do análisis de cluster podría contribuir al TBC en Florianópolis, Santa Catarina. Para ello, se realiza una breve revisión de la literatura sobre la temática y su discusión con base en Porter, de dos Proyectos de TBC existentes en este municipio. En el análisis se desprende que la formación de asociaciones con agencias de turismo, la estructuración de la gobernanza endógena, la participación de entidades públicas además de las ya involucradas en los Proyectos y la formación de los comunitarios para el espíritu emprendedor son las principales necesidades identificadas. La cultura local individualista es, por otro lado, el mayor desafío a superar.

PALABRAS CLAVE: Turismo de Base Comunitaria, Cluster, Desarrollo.

INTRODUÇÃO

O turismo é um dos setores da economia que mais cresce no mundo. Trata-se de uma atividade que se transformou, nas últimas décadas, numa das principais fontes geradoras de riqueza para muitos países em desenvolvimento. Turismo significa trabalho, erradicação da pobreza, igualdade dos gêneros, promoção e proteção à herança cultural (Organização Mundial do Turismo (OMT), 2012).

No contexto do desenvolvimento sustentável insere-se também a ideia de turismo sustentável, que é o turismo que visa à geração de impactos favoráveis tanto na dimensão econômica quanto na dimensão social, na perspectiva da harmonia com o meio ambiente e com as culturas locais (Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS), 2011).

Um importante modelo de turismo sustentável, que se afina com a ideia de desenvolvimento sustentável, é o Turismo de Base Comunitária (TBC). Tal modelo preconiza que a atividade do turismo seja apropriada e gerida pela comunidade, para o seu próprio bem-estar, dentro do princípio de uso sustentável dos recursos naturais, da preservação do patrimônio ambiental e cultural, e dos valores socioculturais locais (Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), 2016).

No Brasil, o TBC, embora reconhecido como uma importante estratégia de desenvolvimento local, com foco na ampliação dos rendimentos e inclusão social das comunidades envolvidas, apresenta problemas. Segundo Mielke (2009), mais de três quartos dos projetos de TBC no Brasil são frágeis e/ou insustentáveis no longo prazo.

A forma como se organizam os projetos de TBC assemelha-se à forma como se organizam os clusters de empresas. A cooperação entre os diferentes agentes, por exemplo, é citada por Mielke e Pegas (2013) como um forte ponto em comum e, ao mesmo tempo, fundamental às duas formas de organização. No modelo de cluster de Porter (1998), aspectos como a localização geográfica, a complementaridade de competências, a cooperação e o compartilhamento de recursos são considerados básicos na estrutura de um cluster. Nesse sentido, o seu modelo de análise pode ser útil ao estudo de TBC.

Convém deixar claro que a utilização do modelo de Porter (1998) para analisar o TBC não deve ser vista como uma tentativa de considerar esta forma de organização como um cluster. Trata-se de procurar identificar elementos presentes no modelo de Porter que possam ser úteis no estudo do TBC, enriquecer a sua abordagem e aprimorar este modelo de turismo. Vale mencionar que um elemento que deve ser considerado na análise de cluster é a cultura predominante na região onde eles se desenvolvem (Teixeira, 2016; Teixeira et al., 2017).

Na perspectiva de identificar os possíveis elementos presentes no modelo de cluster de Porter que possam contribuir para o aprimoramento do modelo de TBC, este trabalho de investigação tem como o objetivo geral estudar de que forma a abordagem de cluster pode contribuir para a temática do TBC, particularmente na região de Florianópolis. Para que este objetivo geral seja alcançado, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (1) Efetuar uma breve fundamentação teórica sobre TBC e clusters; (2) Caracterizar o potencial de TBC em Florianópolis/Santa Catarina (SC); (3) Modelar, com base em Porter (1998), o funcionamento

do TBC no contexto de Florianópolis; (4) Identificar possíveis lacunas existentes na forma de organização de TBC em Florianópolis; e (5) Identificar possíveis entraves ao desenvolvimento do TBC em Florianópolis.

Em termos metodológicos, de acordo com Saunders et al. (2012), a presente investigação caracteriza-se como um estudo exploratório, em que se estuda a possível contribuição do modelo de cluster para a abordagem teórica de TBC. Neste sentido, realiza-se uma revisão da literatura sobre o tema e a sua discussão na perspectiva dos possíveis elementos convergentes e/ou divergentes identificados. Como estratégia de investigação, utiliza-se o estudo de caso, em que se apresentam duas iniciativas de TBC em Florianópolis, nomeadamente: (1) Projeto de TBC RESEX Pirajubá; e (2) Projeto de TBC Tekoá Pirá.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo do turismo insere-se na área das Ciências Sociais. Nesse campo do conhecimento, a pluralidade e a diferença são uma constante, o que faz com que tal temática seja abordada segundo diferentes perspectivas no contexto de diferentes disciplinas. Nesse sentido, inúmeras são as definições apresentadas para o termo, algumas conceituais, teóricas e outras operacionais, estatísticas (Pakman, 2014).

De entre as diferentes definições existentes para turismo, optou-se para este trabalho de investigação pela adotada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), em razão de ser uma das mais disseminadas em trabalhos académicos sobre o tema. Segundo a OMT (2001), o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios ou outras.

Considerado um dos fenómenos mais importantes em termos mundiais, do ponto de vista político, ambiental e sociocultural, o turismo deixou de ter apenas sinónimo de lazer para assumir um papel de agente social (Marujo, 2008). O turismo pode ser entendido como um fator de grande potencial na estruturação e na reestruturação de territórios, ao interferir de forma direta nos processos socioespaciais e nos exercícios de territorialidade dos lugares onde é priorizado enquanto setor estratégico de desenvolvimento (Sancho & Malta, 2015).

Em termos económicos, o turismo é um dos setores da economia que mais cresce no mundo. Nas últimas décadas, tornou-se um dos principais setores do comércio internacional e um dos principais criadores de riqueza para muitos países em desenvolvimento. Trata-se de uma atividade considerada chave para o progresso socioeconómico na perspectiva do desenvolvimento sustentável (OMT, 2012).

Numa perspectiva ampla, considerando-se os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), percebe-se que a atividade do turismo tem potencial para contribuir, direta ou indiretamente, para o alcance de três dos dezessete ODS, da Agenda 2030, aprovados pela ONU em 2015, nomeadamente: (1) Objetivo 8: promover desenvolvimento económico sustentável e inclusivo, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos; (2) Objetivo 12: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; e (3) Objetivo 14: conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos (United Nations World Tourism Organization (UNWTO), 2016).

Destaca-se que a Agenda 2030 é resultado do trabalho de governos e cidadãos e se refere ao conjunto das diretrizes que devem nortear os trabalhos das Nações Unidas e de todos os seus Estados-Membros para o alcance do desenvolvimento sustentável no mundo. Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável é definido como aquele que é direcionado à gestão dos recursos, de tal modo que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas; enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte da vida são preservados (OMT, 1996).

Na prática, o turismo sustentável deve levar em conta um modelo de desenvolvimento económico que possibilite: (1) melhorar a qualidade de vida de comunidades receptoras; (2) melhorar a qualidade de vida, com benefícios económicos e sociais não só para os residentes, como também para as empresas; (3) promover

a qualidade elevada na experiência do visitante; (4) manter a qualidade do ambiente da qual dependem tanto a comunidade receptora quanto o visitante; (5) assegurar a distribuição equitativa dos benefícios e dos custos; (6) encorajar a compreensão dos impactos do turismo no ambiente cultural, humano e material; e (7) melhorar as infraestruturas sociais e de cuidados de saúde (OMT, 2003).

Turismo de Base Comunitária

No contexto do turismo sustentável, que visa à geração de impactos favoráveis nas dimensões económica e social, em harmonia com o meio ambiente e as culturas locais, insere-se o modelo do Turismo de Base Comunitária (TBC) (Lee & Jan, 2019). Esse modelo tem sido considerado como um importante instrumento de política de desenvolvimento local, com foco na geração de empregos e rendimentos, e ampliação da inclusão social (LTDS, 2011; Dodds, Ali, & Galaski, 2018; Goodwin & Santilli, 2009; Lee, 2009, 2013; Lepp, 2007).

O desenvolvimento local ou endógeno é o desenvolvimento compreendido como o processo de crescimento económico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade e com a sua participação ativa, realizado na perspectiva da satisfação das suas próprias necessidades. Esse tipo de desenvolvimento caracteriza-se como uma forma de organização da produção, e de integração da sociedade e das instituições aos processos produtivos, e à capacidade de resposta do território ao cenário económico, político e institucional (Padin Fabeiro, 2004).

Nesta perspectiva, alinhado ao modelo de desenvolvimento local sustentável, o TBC é definido como a atividade do turismo que é apropriada, operada, gerida ou coordenada ao nível da comunidade, em vista do seu próprio bem-estar, com suporte nos meios de subsistência sustentável, proteção aos valores socioculturais naturais tradicionais e aos recursos patrimoniais culturais e naturais (Okazaki, 2008; ASEAN, 2016).

Outra definição encontrada para TBC é como o turismo em que as sociedades locais devem possuir o controle e ter um envolvimento efetivo na gestão e no desenvolvimento do projeto de turismo que desejam. Assim, por meio do envolvimento participativo da comunidade, a maior parte dos benefícios alcançados pelos projetos deve pertencer à própria comunidade local (Okazaki, 2008; Russel, 2000; Tolkach, King & Pearlman, 2013).

Para que melhor se perceba o significado do termo ‘comunidade’, é importante considerar que uma comunidade pode ser definida sob diferentes critérios: segundo o critério geográfico, como um território isolado; segundo o critério cultural, como compartilhamento de costumes, usos e tradições; e segundo funções socioeconómicas, como modo de produção e de distribuição (Geertz, 1989; Barreto, 2004). A comunidade deve ser capaz de criar novos modos de vida que atendam às expectativas endógenas e que anulem as forças externas que as contrariam (LTDS, 2011). No contexto de TBC, comunidade e modo de vida entrelaçam-se, o que possibilita encontrar no seu âmbito o principal fator atrativo para o turismo que são o compartilhamento e a solidariedade (Moraes, Ribeiro & Emmendoerfer, 2013).

O modelo de TBC tende a ser um modelo de turismo que favorece a coesão, o laço social e o sentido coletivo da vida em sociedade. Por esta via, promove a qualidade de vida, o senso de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento dos indivíduos (Irving, 2009). Configura-se, portanto, como uma proposta de turismo que propicia um contato maior do visitante com o lugar e com os seus moradores, de modo a permitir que ocorra uma troca intercultural. Nesta proposta de turismo, as comunidades tornam-se protagonistas do processo, ditando seu ritmo e direção (Sancho & Malta, 2015).

Há mais de três décadas muitos projetos de TBC têm sido promovidos em todo o mundo como sinônimo de desenvolvimento, em que as necessidades sociais, ambientais e económicas das comunidades locais são conhecidas por meio da oferta turística. No entanto, apesar de muitos destes projetos receberem financiamento público, sobretudo nos países em desenvolvimento, não há resultados da avaliação qualitativa dos mesmos, ou seja, o sucesso ou o fracasso das iniciativas financiadas pelos governos não são avaliados.

Assim, os benefícios reais para as comunidades locais que empreenderam projetos de TBC permanecem largamente desqualificados (Goodwin & Santilli, 2009).

Na América Latina, especificamente, desde a década de 1980, quando o turismo passou a ser usado como uma estratégia de desenvolvimento, com o intuito de contribuir para a redução da pobreza, diversos projetos de TBC tiveram início. Muitos deles foram fomentados e subsidiados pelo poder público e pela iniciativa privada, com o objetivo de melhorar as condições de vida de comunidades pouco assistidas. No entanto, o controle dos resultados indica que a maioria dos projetos não logrou sucesso (Mielke, 2009).

Turismo de Base Comunitária no Brasil

A extensão geográfica e a diversidade de experiências de TBC encontradas no território brasileiro têm colaborado para a amplitude conceitual do termo, que é usado para tratar de contextos diversos, que vão desde as comunidades urbanas e rurais a populações tradicionais ou a complexos sociais formados, sobretudo pelos movimentos migratórios e pelos processos de exclusão socioeconômicos (LTDS, 2011).

As especificidades do TBC praticado no Brasil podem ajudar a aliar conservação ambiental e valorização cultural em comunidades espalhadas pelo território nacional, e apresentar ao mundo e aos próprios brasileiros uma diversidade de brasis que poucos conhecem. As características marcantes do TBC brasileiro são o desenvolvimento baseado nos recursos materiais e imateriais disponíveis, em que as comunidades locais são os principais protagonistas (LTDS, 2011).

Considerando-se a diversidade cultural e ambiental existente no território brasileiro, o modelo conceitual do TBC apresenta as condições necessárias para concretizar-se como mais uma oportunidade para o desenvolvimento do turismo no país. No entanto, apesar de estar há mais de uma década consolidado como uma importante estratégia de desenvolvimento local, com foco na geração de oportunidades de trabalho e rendimentos, e ampliação de inclusão social, o TBC que é praticado no Brasil ainda apresenta problemas e não gera os resultados que poderia (Mielke & Pelgas, 2013).

Embora algumas comunidades tenham avançado na concepção e na estruturação das propostas de TBC no Brasil, restam problemas e desafios a serem enfrentados (Sancho & Malta, 2015). Prova disso é o fato de que do total de projetos de TBC empreendidos no território brasileiro, mais de três quartos são considerados frágeis e/ou insustentáveis no longo prazo e necessitam de assistência externa constante (Mielke & Pelgas, 2013).

Para analisar o TBC praticado no Brasil, Mielke e Pelgas (2013) correlacionam o caso particular do país a alguns estudos que apresentam situações-problemas comuns identificadas nos projetos desta mesma natureza que se desenvolvem na América Latina. As situações-problemas identificadas nos diferentes estudos e que serviram de base à sua análise foram categorizadas pelos autores em três grupos: (1) acesso ao mercado (Scheyvens, 2007; Epler Wood & Jones, 2008); (2) governança interna (Mitchell & Muckosy, 2008; Goodwin & Santilli, 2009); e (3) gestão das parcerias estratégicas de interesse (Stronza et al., 2008).

Relativamente aos fatores causadores do insucesso nas iniciativas de TBC foram referidos anteriormente, e especificamente no Brasil, o primeiro, isto é, o baixo acesso ao mercado está relacionado à falta de qualidade dos produtos turísticos ofertados pelas comunidades e à dificuldade de relacionamento comercial entre comunidades e intermediários. A relação entre comunidade e empresas de agenciamento deve estabelecer-se tão logo a ideia de TBC seja concebida pela comunidade. Afinal, as agências de turismo detêm o conhecimento do setor e podem dar o direcionamento dos produtos turísticos a serem estruturados dentro da comunidade, alinhados com padrões desejáveis de sustentabilidade socioeconômica e ambiental (Mielke & Pegas, 2013).

Por outro lado, parece importante reconhecer que existem riscos na vinculação das iniciativas de TBC à indústria turística. Os princípios industriais que predominaram no século XX, com a valorização da produção e da reprodução de bens e serviços padronizados, quando assimilados pelo setor do turismo, conduzem a

práticas segundo os mesmos moldes de produção em massa, o que implica no desprezo pela diversidade e pelo potencial inovador das comunidades, geralmente com rico acervo histórico, artístico e cultural a ser apresentado ao visitante (Blackstock, 2005).

No TBC, o lugar, isto é, a comunidade possui uma especialidade real, histórica e culturalmente construída. Diferentemente dos espaços turísticos produzidos, o lugar para ser percebido como turístico tem que ser, antes, reconhecido pelos seus moradores como comunidade, com todos os significados que lhe são próprios colocados à disposição no seu intercâmbio com o turista (Fabrino, 2016). Nesse modelo de turismo, o intercâmbio, ou seja, a troca e as relações, é o que mais importa. Nele, o comércio não se faz na perspectiva do cliente, uma vez que não se dá em função do que o turista deseja, mas em função do que a comunidade tem a oferecer para o turista, segundo o que esta perceba ter valor em termos culturais e ambientais (Bauman, 2003; LTDS, 2011).

Em relação ao segundo fator de insucesso, a governança, este está relacionado com a incapacidade da governança endógena de proporcionar um fluxo democrático e estratégico de informação. Em outras palavras, o problema relaciona-se à falta de preparo dos indivíduos da comunidade para a governança, para o exercício da liderança e para a tomada de decisão que deve ser legitimada pelo todo. A governança endógena deve deixar claro o que, de fato, o turismo comunitário abarca ou tem condição de abarcar, quais são os prós e os contras envolvidos, e/ou qual é o resultado da relação custo benefício. Sem um foco bem definido e sem conhecimento do que a atividade representa, parece que não há como definir as próprias prioridades da comunidade (Mielke & Pegas, 2013).

No que tange ao terceiro fator, a gestão de parcerias estratégicas, esta se trata de uma questão que está diretamente relacionada à governança. À medida que não exista clareza dos objetivos a serem alcançados por meio do TBC, da parte da comunidade, não restam condições de planejamento ou de conquista de parceiros para o projeto. A construção de parcerias estratégicas, com organizações públicas e privadas, focadas no desenvolvimento de ações de fomento e/ou de melhoria da qualidade turística local, é um aspecto relevante no que diz respeito ao fortalecimento de iniciativas de TBC (Mielke & Pegas, 2013).

Outro problema que se identifica no TBC praticado no Brasil relaciona-se à questão da preservação do meio ambiente. Sabe-se que a responsabilidade com o ecossistema é relevante, sobretudo quando se trata do desenvolvimento do turismo sustentável, ao mesmo tempo em que o próprio turismo é apontado como uma das principais formas de revalorização da natureza. Porém, no Brasil, 54% dos projetos de TBC financiados com recursos públicos desenvolvem-se dentro de áreas de proteção ambiental ou no seu entorno, o que compromete a preservação desses importantes ativos económicos. No país ainda há carência de políticas e de legislação que atendam às singularidades dos projetos de TBC em áreas protegidas (LTDS, 2011).

A colaboração entre os diferentes agentes emerge como um fator que pode determinar o sucesso de iniciativas de TBC (Hallack, 2011; Burgos, 2016; Fabrino, 2016). Também a abordagem de clusters leva em conta a colaboração entre agentes no compartilhamento de recursos como fator de competitividade. Assim, numa perspectiva ampla, é possível afirmar que a composição básica do TBC se assemelha em vários aspectos à composição de clusters de empresas. Do ponto de vista teórico, Mielke e Pegas (2013) consideram que as linhas de discussão sobre desenvolvimento endógeno e sobre a concentração de empresas, ou seja, clusters são leituras indispensáveis para que se compreendam os pilares em que se sustenta o TBC.

Cluster

Michael Porter (1998, 2010) define cluster industrial como a concentração geográfica de empresas interconectadas, que simultaneamente competem e cooperam entre si pelos recursos disponíveis, e se articulam com seus fornecedores, empresas em setores correlatos e instituições de apoio em áreas específicas pela competitividade. São as ligações e as complementaridades das indústrias e das instituições que o integram, que definem os contornos de um cluster.

Entre os diferentes aspectos que podem caracterizar os clusters, destacam-se três: a localização geográfica, ou território, a assinalar o principal recurso compartilhado; a cultura, a condicionar as interações de competição e cooperação; e a governança, a mediar as relações entre os diferentes agentes.

A localização geográfica é um dos aspectos fundamentais no estudo de cluster. Pode ser entendida como o espaço apropriado por relações de poder, expressas em todos os níveis das relações sociais (Raffestin, 1993). Diante do movimento de globalização da economia e sua indiferença ao contexto geográfico-cultural, o território assume importância crescente no processo de desenvolvimento económico, já que o desenvolvimento está sempre situado no território (Pecqueur, 2005). Três características são centrais na perspectiva económica dos clusters: (1) existe uma porosidade das relações comerciais quanto às relações sociais, com um equilíbrio entre sociedade e comunidade; (2) o funcionamento e a organização dos sistemas produtivos locais são igualmente marcados pela historicidade e pela memória coletiva, havendo uma capacidade de aprendizagem do grupo que está ligado ao território; e (3) existem relações de reciprocidade no âmbito do território que vão além da modalidade comercial, presentes na família, nas amizades ou em alguma forma de relacionamento comunitário, que implicam em fidelidade, gratidão e identidade, e que se enraízam na identidade social dos agentes económicos (Pecqueur, 2005).

O aspecto cultural tem forte relação com o território e aqui deve ser entendida como o padrão coletivo de comportamento que permite distinguir os agrupamentos humanos e o modo de ser de cada um. No que se referem aos clusters, as especificidades culturais locais podem favorecer ou desfavorecer essa forma de organização produtiva pelo que pode implicar sobre as relações sociais e comunitárias. A cultura exerce influência sobre a governança endógena, sobre a gestão dos negócios e, consequentemente, sobre a competitividade de clusters (Teixeira, 2016; Teixeira et al., 2017).

A governança, na abordagem de cluster, é definida como a habilidade dos atores regionais de concordarem acerca de uma visão de longo prazo para o desenvolvimento da sua região, e a capacidade de investir parte substancial de recursos financeiros e humanos disponíveis para a realização dos seus objetivos comuns. Autoridades públicas e o setor privado devem concordar quanto ao conjunto de infraestruturas essenciais e aparelhos comuns ao desenvolvimento, que devem ser disponibilizados aos empresários locais e aos potenciais investidores (European Association of Development Agencies (EURADA), 2002). A governança endógena, de dentro para fora, traduz-se nos diferentes modos de coordenação, intervenção e participação assumidos pelos atores nos processos de decisão local. Seu papel é incentivar ações que favoreçam o alcance dos objetivos estabelecidos, por meio da geração, da disseminação e do uso do conhecimento (Minuzzi, 2011).

Cluster e TBC - uma analogia possível

A colaboração é um dos aspectos que aproxima TBC de clusters. Percebe-se que algumas das questões teóricas que são consideradas fundamentais para a formação e para o desenvolvimento de um também o são para a formação e para o desenvolvimento de outro. Por exemplo, a comunidade local engajada na atividade do turismo está para o TBC assim como as empresas concentradas numa mesma região e integrantes de um mesmo setor ou ramo de atividade, e necessariamente relacionadas entre si, estão para um cluster. Afinal, é a partir da comunidade e dos recursos disponíveis no território que se originam tanto os projetos de cluster quanto de TBC.

Em termos práticos, considerando-se as semelhanças existentes, o TBC pode ser modelado com base na abordagem de cluster. Essa modelagem permite identificar, de forma objetiva, as lacunas existentes na organização do TBC e apresentar solução para alguns dos seus problemas. No modelo de Porter (1998), a estrutura de um cluster engloba não apenas os produtores, mas também os fornecedores especializados, alguns canais de distribuição, agências governamentais, instituições de ensino e investigação e associações comerciais. Nessa mesma perspectiva, ao modelar o TBC com base em Porter (1998), deve-se levar em conta os diferentes agentes envolvidos que, a priori, integram a rede local de cooperação. A Figura 1 ilustra um TBC com base

na abordagem de Porter (1998). Tenha-se em atenção as relações entre fornecedores e a complementaridade entre diferentes serviços que compõem a oferta turística; o TBC contribui para o fortalecimento de outras iniciativas locais, organizadas ou não na forma de cluster.

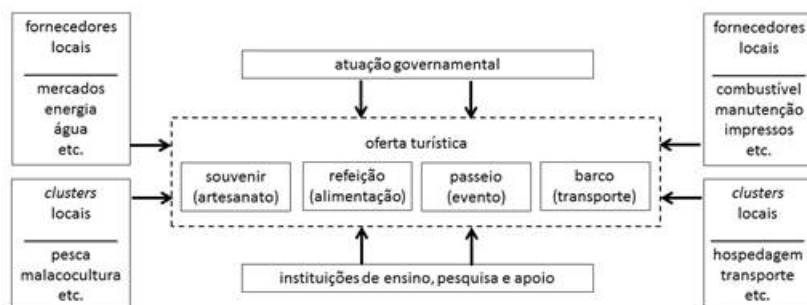


FIGURA 1:
Modelo do TBC pela abordagem de cluster, adaptado de Porter (1998).

Assim, por meio da modelagem, é possível delimitar a abrangência do TBC, isto é, definir quem são os integrantes da rede de cooperação local presentes especificamente no território; definir o papel dos diferentes agentes envolvidos; e definir os representantes dos diferentes segmentos de agentes que integrariam a governança endógena do projeto. A partir disso, é possível relacionar os recursos naturais, patrimoniais e culturais locais que se incluem na oferta turística proposta. Em síntese, pode-se dizer que um modelo representativo de um projeto de TBC deve considerar os seguintes segmentos de agentes: (1) comunidade local - pessoas físicas e jurídicas; (2) agências de turismo e viagens; e (3) instituições públicas de apoio e fomento à atividade. Veja-se, com mais detalhe, cada um desses segmentos de agentes:

1) Comunidade local – considera-se a rede de relações entre pessoas e lugares naquilo que têm em comum, quer seja sentimento de pertencimento, partilha de histórias e do passado, costumes tradicionais, hábitos, práticas e vizinhanças;

2) Agências de turismo e viagens – constituída pelas empresas que operam na intermediação e na comercialização de produtos e serviços turísticos, como empresas de transportes, meios de hospedagem, restauração, espaços para shows e espetáculos diversos, entre outras;

3) Instituições públicas de apoio e fomento à atividade – formada pelas organizações públicas de ensino, investigação e extensão; secretarias municipais e estaduais de turismo; serviço de assistência às micro e pequenas empresas; organismos internacionais como OMT, entre outras.

No que se referem aos recursos naturais e culturais locais, estes devem ser inventariados segundo os diferentes tipos e condições apresentadas. O patrimônio cultural pertencente à comunidade, bem como os recursos naturais disponíveis no seu espaço territorial, como flora, fauna, águas, solo, ar e paisagem, integrariam, portanto, a oferta composta comunitária de produtos e/ou serviços turísticos. O inventário desse tipo de patrimônio constitui uma maneira de reconhecer os bens disponíveis, fortalecer o compromisso dos comunitários com a sua preservação e alavancar o projeto.

Assim, da mesma forma como Porter (1998) considera que os contornos de um cluster são definidos pelas ligações e pelas complementaridades entre os diferentes agentes que o integram, também os contornos do TBC podem ser definidos pelas ligações e pelas complementaridades entre os seus agentes. Estes se encontram situados na comunidade, ou fora dela, desde que necessariamente inseridos no contexto da atividade turística localmente gerida. São incluídos como agentes desde pessoas físicas da comunidade e pequenos negócios existentes, até empresas do setor, nomeadamente agências de viagens e turismo, bem como agentes públicos, conforme apresentado anteriormente.

METODOLOGIA

Florianópolis ocupa lugar de destaque no cenário brasileiro no que se refere ao setor do turismo. Conforme dados recentes do Ministério do Turismo, esta cidade foi o segundo maior destino de viajantes brasileiros na temporada de verão, no ano de 2018, tendo ocupado o segundo lugar no ranking nacional, com 2,09 milhões de viagens.

No que concerne especificamente ao TBC, percebe-se que as iniciativas existentes em Florianópolis ainda são incipientes e, praticamente, não se encontram registros da sua prática no município. No entanto, considerando-se o potencial cultural existente na Ilha de Santa Catarina, resquício da herança açoriana presente, sobretudo nas manifestações religiosas, na arquitetura, nos meios de produção e de sobrevivência, e na própria maneira de ser, viver, sentir e comportar-se do ilhéu nativo, em extinção, o TBC pode servir como instrumento para a manutenção dos seus elementos culturais mais importantes e, além disso, contribuir para a preservação dos recursos ambientais naturais.

Em face da escassez de informações sobre TBC em Florianópolis, o que, de certa forma, é um indício da falta deste tipo de empreendimento comunitário, apresentam-se como casos para esse estudo dois projetos vinculados ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), que se originaram de atividades de extensão.

Os dois projetos têm a pesca artesanal como elemento cultural fundamental, assim como tiveram por motivação uma forte componente histórico-emocional relacionado à hereditariedade dos seus idealizadores, dos quais: um é filho e neto de pescador da comunidade da Costeira do Pirajubaé e condutor ambiental na Ilha de Santa Catarina, formado pelo IFSC no Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Condutor Ambiental Local; e duas são netas de pescador da comunidade do Campeche, formadas pelo IFSC, no Curso Técnico de Guia de Turismo. O primeiro projeto denomina-se Projeto de TBC RESEX Pirajubaé, e o segundo denomina-se Projeto de TBC Tekoá Pirá.

A investigação, que se constituiu num estudo de caso, desenvolveu-se entre os meses de março de 2017 e dezembro de 2018, sendo os dados obtidos por meio de entrevistas não estruturadas com atores de ambos os projetos e, também, por meio de observação participante, realizadas durante o mês de junho de 2017 e junho de 2018. Os indivíduos entrevistados foram selecionados de forma não probabilística, sendo a amostra do tipo acidental por conveniência.

A seguir, apresentam-se os dois casos de estudo.

Projeto TBC RESEX Pirajubaé

O Projeto de TBC RESEX Pirajubaé consiste num projeto piloto de turismo vinculado à Reserva Extrativista do Pirajubaé, aos extrativistas de berbigão e aos pescadores da comunidade da Costeira do Pirajubaé que trabalham na região. Deve-se ressaltar que tal Reserva Extrativista constitui uma Unidade de Conservação Federal de uso sustentável, criada pelo Decreto 533/1992, situada na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina e gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), que é uma entidade vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integrada ao Sistema Nacional do Meio Ambiente. A ideia do Projeto de TBC RESEX Pirajubaé originou-se do Projeto de Extensão intitulado ‘Estruturação do Turismo de Base Local na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé’, articulado por professores e alunos do curso de qualificação profissional de condutor ambiental do programa Formação Inicial Continuada (FIC), oferecido pelo IFSC - Campus Florianópolis-Continente, no primeiro semestre de 2012, com o objetivo de incentivar a educação ambiental e valorizar a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé (REMP). Deste projeto de extensão resultou o Projeto de TBC RESEX Pirajubaé, que envolve basicamente os pescadores e os extrativistas de berbigão da Reserva Marinha e suas famílias.

O TBC na REMP tem por finalidade possibilitar à população de Florianópolis e aos seus visitantes conhecer e experimentar o modo de vida dos pescadores e dos extrativistas de moluscos, bem como apresentar ao público em geral as belezas e a importância da Unidade de Conservação ali existente, por meio de um passeio guiado, que inclui visita ao seu ambiente marítimo e terrestre. Em funcionamento desde julho de 2015, o Projeto de TBC RESEX Pirajubaé visa contribuir para o aumento de rendimento das famílias envolvidas, para a valorização da cultura local, resgate da autoestima e do senso de pertencimento dos comunitários ao território.

Atualmente, o projeto conta com a parceria de instituições públicas estaduais e federais, como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), as quais oferecem o apoio técnico necessário ao seu desenvolvimento. Para a oferta turística, há, da parte da comunidade envolvida, a participação direta de oito comunitários, que desempenham diferentes funções, tais como barqueiros, cozinheiras, guias e pessoal de apoio diverso, além de outros indivíduos que participam indiretamente, como artesãos que produzem diversos produtos para serem vendidos aos visitantes.

Em termos de recursos materiais, o projeto dispõe de duas lanchas baleeiras, sendo uma aberta e outra com cabine, duas canoas de Guarapuvu e um rancho de pescador, que é aberto para recepção dos visitantes. Até a primeira quinzena de janeiro do ano de 2019 foram realizados, no total, cinquenta e três passeios guiados pela Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé e área circunvizinha, situada na mesma Baía Sul, com quinhentos e doze visitantes.

Projeto de TBC Tekoá Pirá

O Projeto de TBC Tekoá Pirá constitui uma iniciativa de oferta turística vinculada à comunidade pesqueira do Campeche, no Sul da Ilha de Santa Catarina. Deve-se ressaltar que, recentemente, em dezembro de 2018, após análise de dossiê elaborado pela Associação de Pescadores do Campeche e IFSC, a pesca artesanal da tainha da Praia do Campeche foi registrada pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) como patrimônio cultural imaterial de Santa Catarina.

A ideia do Projeto de TBC Tekoá Pirá originou-se do Projeto de Extensão intitulado ‘Roteiro Turístico de Base Comunitária: experiência cultural com pescadores artesanais do Leste da Ilha de Santa Catarina’, articulado por três professoras do IFSC e duas alunas do Campus Florianópolis-Continente do mesmo Instituto.

O Projeto de Extensão previa basicamente a elaboração de um roteiro turístico que tivesse como base a pesca artesanal da tainha. Para tanto, foram realizadas inúmeras visitas aos ranchos de pesca existentes na comunidade do Campeche, durante os meses de maio a julho de 2017, época da safra da tainha, para entrevistar pescadores e observar suas atividades, de modo a se obter subsídios para composição do roteiro turístico pretendido. Tal processo gerou uma movimentação natural na comunidade pesqueira local e a despertou para as suas potencialidades relacionadas com o turismo.

Em funcionamento desde junho de 2017, o Projeto de TBC Tekoá Pirá surgiu do Projeto de Extensão anteriormente mencionado e tem como principal objetivo possibilitar à população de Florianópolis, e aos seus visitantes, conhecer e experimentar o modo de vida dos pescadores artesanais de tainha do Campeche, por meio da oferta de um roteiro turístico que inclui passeio pela praia, noções básicas sobre a pesca, visita a rancho de pesca, interação com pescadores e degustação de peixe com farinha. Entre outros objetivos previstos pelo projeto estão, por exemplo, manter e preservar a cultura da pesca artesanal da tainha da forma como é tradicionalmente praticada pelos pescadores do Campeche há mais de cem anos; promover e dar visibilidade aos pescadores artesanais nativos pela valorização dos seus costumes, crenças, lendas e tradições ligadas à pesca; elevar a autoestima e o senso de pertencimento ao território; e preservar o meio ambiente.

Em termos de participação de instituições, o Projeto Tekoá Pirá conta com a parceria do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), que oferece apoio técnico necessário ao seu desenvolvimento. Para a oferta turística, há, atualmente, da parte da comunidade envolvida, a atuação direta de aproximadamente quinze comunitários, sendo dez pescadores, dois cozinheiros, dois guias, bem como a participação indireta de lideranças locais, tais como alguns artesãos e o pessoal da Rádio Comunitária Campeche, que, por exemplo, divulga eventos relacionados ao projeto.

No que se refere aos recursos materiais, o Projeto de TBC Tekoá Pirá conta com a disponibilidade de três ranchos de pesca, do total de quatro ranchos existentes na comunidade, para a recepção dos turistas; e cinco barcos equipados com todos os petrechos utilizados no processo de pesca da tainha, que ocorre nos meses de maio a julho. Destaca-se que, de junho de 2017 a dezembro de 2018, executaram-se nove vezes o roteiro turístico que foi elaborado, sendo duas vezes em caráter experimental. O público participante foi constituído principalmente por alunos e professores do IFSC, alunos e professores municipais do Núcleo de Educação Infantil (NEI) da Escola Básica Brigadeiro Eduardo Gomes (EBBEG) e turistas oriundos de diferentes regiões do Brasil, integralizando aproximadamente 100 visitantes.

RESULTADOS

Da modelagem com base no Modelo de Porter dos dois Projetos de TBC, casos estudados neste trabalho, identificou-se uma grande semelhança entre ambos, quer na forma como eles se compõem, quer na maneira como se comportam os seus agentes. Nos dois casos, verificou-se a disposição dos comunitários para integrarem os projetos; o envolvimento direto e intenso das lideranças comunitárias, idealizadoras dos projetos; o apoio institucional de organizações públicas federais e estaduais, presentes no município; e o cuidado no compartilhamento e no uso dos recursos ambientais disponíveis em cada comunidade.

No que se refere à participação dos agentes comunitários em ambos os projetos, embora esta ainda seja pouco significativa, constatou-se que uma vez estimulados pelas lideranças locais, os envolvidos demonstraram disposição para assumir diferentes papéis no desenvolvimento dos projetos, num verdadeiro esforço para garantir as condições necessárias para a oferta turística. O seu empenho e a disposição têm implicações no fortalecimento das relações que mantêm entre si e com as instituições; na valorização da identidade local, o que inclui a cultura como elemento chave e o principal valor a ser oferecido aos turistas; e, também, na definição do padrão de qualidade e do preço da oferta turística.

Em relação à oferta turística, verificou-se que, em ambos os projetos, ela está diretamente ligada ao uso sustentável dos recursos ambientais disponíveis no território, que são o principal atrativo. No Projeto de TBC RESEX Pirajubaé, especificamente, a oferta está diretamente ligada à Reserva Extrativista do Pirajubaé, Unidade de Conservação da responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Isto possibilita à comunidade pleitear, junto ao mesmo MMA, recursos financeiros para o projeto, uma vez que este órgão é incumbido de fomentar e financiar iniciativas de turismo em comunidades residentes no interior ou no entorno de unidades de conservação. No Projeto de TBC Tekoá Pirá, embora a oferta turística seja pautada no uso do ambiente natural, mais especificamente a Praia do Campeche, este ecossistema não desfruta do mesmo enquadramento ambiental que a Reserva Extrativista do Pirajubaé. Por isso, não pode concorrer ao financiamento do MMA. No entanto, o apoio financeiro para este projeto pode ser pleiteado junto ao Ministério do Turismo (MTur), que desde 2008 fomenta iniciativas de TBC na perspectiva do desenvolvimento local sustentável, antes uma prerrogativa apenas do MMA.

No que diz respeito à participação de organizações públicas nos projetos, esta se evidencia nos dois casos, destacando-se o IFSC, que além de participar de ambos, praticamente foi responsável pela sua criação, uma vez que se originaram de seus projetos de extensão realizados junto às duas comunidades. Além do IFSC, há, também, a participação da Epagri e do ICMBio no Projeto de TBC RESEX Pirajubaé. Analogamente aos clusters, pode-se afirmar que a proximidade em relação às instituições de apoio é uma característica

positiva dos dois projetos. Porter (1998) afirma que a proximidade das instituições de apoio é fundamental ao desenvolvimento de clusters. Relativamente às parcerias com empresas do setor do turismo, este é um ponto fraco e comum aos dois casos estudados. No Projeto de TBC RESEX Pirajubaé não existe, por opção das lideranças envolvidas, uma ação conjunta da comunidade com empresas que atuam na intermediação e na comercialização dos produtos e dos serviços turísticos, o que leva à dificuldade da sua comercialização. No Projeto de TBC Tekoá Pirá, embora a sua estrutura ainda não esteja exatamente definida, percebeu-se uma resistência inicial da parte das principais lideranças em relação à realização de parcerias com agências de turismo, pelo fato de entenderem que as agências não seriam o melhor canal para atrair o turista que, supostamente, estaria interessado no tipo de oferta turística. No entanto, para suprir uma necessidade provocada por esta lacuna, as jovens, líderes do projeto, tiveram que apelar para algumas empresas de meios de hospedagem, como hostals localizados no Campeche e circunvizinhança, tão logo as atividades foram iniciadas, uma vez que não conseguiram sozinhas atrair consumidores para a sua oferta, nomeadamente 'Roteiro Turístico da Pesca Artesanal da Tainha - Praia do Campeche'.

A partir da modelagem dos projetos, foi possível realizar uma análise das condições existentes e do que poderia ser empreendido pelas lideranças no sentido do aprimoramento das duas iniciativas de TBC estudadas.

Em ambos os projetos a participação de outras instituições como agentes do TBC, para além do IFSC, do MMA e da Epagri, sobretudo pertencentes ao poder público municipal e estadual poderia contribuir para fortalecer as iniciativas existentes, bem como estimular o surgimento de outras. Nesta perspectiva, caberia, por exemplo, às organizações municipais a responsabilidade de fornecer as infraestruturas necessárias para uso das comunidades, sobretudo de acesso às mesmas, bem como apoio técnico às comunidades, especialmente para os seus planeamentos. Às organizações estaduais caberia, por exemplo, estimular o empreendedorismo social para os comunitários interessados, orientar a sua organização, bem como conceder incentivos fiscais para projetos de pequenos negócios. Aos representantes de ambos os poderes estadual e municipal caberia fazer parte da governança endógena dos projetos existentes, ajudar na coordenação dos esforços coletivos e estimular o surgimento de novas iniciativas semelhantes.

Relativamente à parceria com empresas do setor, considera-se que seria importante para ambos os projetos reconhecerem a necessidade de trabalhar em conjunto com empresas de intermediação e comercialização de produtos e serviços turísticos. No Projeto de TBC RESEX Pirajubaé, existe uma grande lacuna neste sentido, que não deveria repetir-se no Projeto de TBC Tekoá Pirá. As agências de turismo necessitam ser reconhecidas pelos comunitários como as organizações mais habilitadas para divulgar a oferta turística, identificar clientes para os diferentes produtos e serviços ofertados, e intermediar a relação de compra e venda entre as partes. Sancho e Malta (2015) afirmam que um dos desafios do TBC no Brasil é, justamente, identificar interessados em vivenciar tais propostas, ou seja, captar clientes. Portanto, parece necessário que as lideranças de ambos os projetos reflitam sobre essa questão e debatam como a comunidade a esse respeito, no sentido de estabelecer parcerias com agenciadores.

Em relação à governança endógena, esta é outra lacuna existente em ambos os casos apresentados. No Projeto de TBC RESEX Pirajubaé, embora o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Pirajubaé exerça, em termos, a função de governança, considera-se necessário que se constitua uma governança independente para o projeto. A governança deve contemplar a participação de representantes da comunidade, das empresas parceiras, dos potenciais clientes, dos fornecedores e das instituições de apoio e fomento pertencentes às diferentes esferas do poder público. Segundo Minuzzi (2011), a governança endógena refere-se à coordenação dos agentes autônomos, numa hierarquia horizontal e liderança lateral, visando à coordenação do conjunto de agentes de uma mesma região. No Projeto de TBC Tekoá Pirá, especificamente, em face da sua prematuridade, ainda não há governança constituída. Neste sentido, entende-se fundamental que, tão logo se desenhe a estrutura da organização, constitua-se a sua governança. Além da função estratégica de coordenar os diferentes agentes, como no cluster, a governança pode, no TBC,

estimular a adoção de ações que venham a contribuir, para o alcance dos objetivos da comunidade, sobretudo de desenvolvimento sustentável.

A cultura individualista é um aspecto que se destaca especificamente no comportamento dos agentes locais, que se evidenciou no Projeto de TBC Tekoá Pirá, cujo nascimento acompanhou-se de perto. Percebeu-se resistência de alguns agentes locais para fazerem parte do projeto, que é coletivo. Essa resistência pode ser entendida como reflexo do individualismo, característica comportamental comum aos nativos de Florianópolis, de origem açoriana. Em estudo sobre a competitividade do cluster da malacocultura existente no município, Teixeira (2016) e Teixeira et al. (2017) apontam o individualismo como um dos fatores que afetam a dinâmica e a competitividade desta organização produtiva. Da mesma forma como no cluster, também nos projetos de TBC de Florianópolis o individualismo tende a afetar os seus resultados, uma vez que reflete na capacidade de cooperar e de colaborar dos integrantes, que é fundamental nesse tipo de iniciativa. Mielke e Pegas (2013) afirmam que, quando há clareza dos objetivos turísticos e há esforço coletivo para o seu alcance pela comunidade, torna-se mais fácil criar vínculos e estabelecer relações necessárias com as diferentes organizações. Assim, a definição clara dos objetivos do projeto pela comunidade talvez consiga desencadear o senso de coletividade que se faz necessário numa proposta de TBC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de Porter (1998) para cluster serviu de base para modelar duas iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC) em Florianópolis, ambas originárias de projetos de extensão do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Apesar da incipiência de um dos projetos, que ainda está em fase de estruturação, a modelagem possibilitou identificar problemas e lacunas existentes nos dois casos, passíveis de melhoria para a sua qualificação.

Um importante entrave percebido é a resistência da parte das lideranças comunitárias quanto ao relacionamento com empresas agenciadoras. Como se observa na modelagem, as agências de turismo fazem parte da 'cadeia produtiva' do TBC, e sua importância está no seu papel de atração de clientes para a oferta turística. Certamente, cabe à comunidade estabelecer os limites em termos quantitativos, assim como definir o tipo de clientes que deseja e que pode receber. O baixo número de visitantes recebidos pelo Projeto TBC RESEX, apenas quinhentos e doze, em aproximadamente três anos de funcionamento, é um forte indício de problemas na comercialização do produto turístico ofertado.

Da mesma forma como ocorre no cluster da malacocultura existente no município, a cultura local pode ser um obstáculo ao desenvolvimento do TBC em Florianópolis. O modo de ser individualista do ilhéu nativo implica na sua resistência ao trabalho coletivo e na pouca disposição para a associação. Sabe-se que o TBC requer uma atitude proativa e participativa dos agentes comunitários, mas se sabe também que requer, antes de tudo, orgulho dos indivíduos por aquilo que eles são, pelo que fazem e experimentam, ou seja, orgulho pela sua própria cultura e valores e também pelo ambiente natural que está associado à oferta. Talvez, com a compreensão do interesse coletivo, o individualismo possa ser suplantado e dar lugar ao orgulho de apresentar e compartilhar o seu modo de vida característico. Obviamente, isso depende da sua autoestima, que necessariamente tem de ser alta ou então trabalhada para assim o ser.

Percebe-se como necessária, nos projetos apresentados, a preparação dos agentes comunitários para o empreendedorismo, o que é um problema comum nas iniciativas de TBC. Esses projetos aproximam-se da categoria denominada empreendimento social, isto é, iniciativas que preveem o envolvimento de vários indivíduos e segmentos da sociedade, a fim de provocar um impacto social e cujo resultado possa ser avaliado. Considera-se que a formação para o empreendedorismo pode ser ofertada no município de Florianópolis pelo IFSC.

Destaca-se que, nos dois casos de TBC praticados em Florianópolis e apresentados neste trabalho de investigação, ambos estão alinhados com alguns dos objetivos do turismo sustentável previstos pela OMT.

Ambas as propostas visam promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, promover qualidade à experiência do visitante; preservar a qualidade do ambiente natural; e assegurar uma distribuição equitativa dos benefícios e dos custos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Association of Southeast Asian Nations (ASEAN). (2016). **ASEAN community based tourism standard**. Jakarta, ASEAN Secretariat.
- Barreto, M. (2004). Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em Análise**. São Paulo, 15 (2), 133-149.
- Bauman, Z. (2003). **Comunidades**. Zahar, Rio de Janeiro.
- Blackstock, K. (2005). A critical look at community based tourism. **Community Development Journal**, 40, (1), 39-49.
- Burgos, A.; Mertens, F. (2016). As redes de colaboração no turismo de base comunitária: implicações para a gestão participativa. **Tourism & Management Studies**, 12 (2), 18-27.
- COMCEC, Standing Committee for Economic and Commercial Cooperation of the Organization of Islamic Cooperation (2013). **Community Based Tourism: finding the equilibrium in COMCEC context**. COMCEC Coordination Office, Ankara.
- Dodds, R., Ali, A., & Galaski, K. (2018). Mobilizing knowledge: Determining key elements for success and pitfalls in developing community-based tourism. **Current Issues in Tourism**, 21 (13), 1547-1568.
- Epler Wood, M. & Jones, H. (2008). **Community-based Tourism Enterprise in Latin America**. Burlington. Epler Wood International. Disponível em: https://www.eplerwood.com/pdf/Community_Based_Tourism_Enterprise.pdf. Acesso em: novembro, 23, 2017.
- European Association of Development Agencies (EURADA) (2002). **How to be an entrepreneurial region for the next 10 years?** Eurada Magazine, 1. Disponível em: <http://www.eurada.org/files/SME%20support/How%20to%20be%20an%20entrepreneurial%20region%20for%20the%20next%2010%20years.pdf>. Acesso em: Abril, 3, 2018.
- Fabrino, N.; Nascimento, E.; Costa, H. (2016). Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo** v.16 (3), 172-190.
- G1 Santa Catarina. (2018). **Florianópolis será o 2º principal destino deste verão no país, diz pesquisa do Ministério do Turismo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/florianopolis-sera-o-2-principal-destino-deste-verao-no-pais-diz-pesquisa-do-ministerio-do-turismo.ghtml>. Acesso em: abril, 15, 2018.
- Goodwin, H., & Santilli, R. (2009). **Community-Based Tourism is a success? an Assessment of the Factors for Success**. University of Greenwich unpublished. Disponível em: <http://www.haroldgoodwin.info/uploads/CBTaSuccessPubpdf.pdf>. Acesso em: novembro, 23, 2017.
- Geertz, C. (1989). **A interpretação das culturas**. LCT, Rio de Janeiro.
- Guia Floripa: **você e o melhor da cidade**. Disponível em: <http://www.guiafloripa.com.br/cidade/informacoes-gerais-sobre-florianopolis/economia>. Acesso em: dezembro, 12, 2017.
- Hallack, N.; Burgos, A.; Carneiro, D. (2011). **Turismo**
- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. (2017). **Portal do IFSC**. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/menu-institucional/missao>. IFSC. Acesso em: maio, 15, 2017.
- Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: Bartholo, R; Sansolo, D.G.; Bursztyn, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Letra e Imagem, Rio de Janeiro.
- Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS) (2011). **Marco referencial teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Relatório técnico-científico. UFRJ, COPPE.
- Lee, T. H. (2009). A structural model for examining how destination image and interpretation service affect future behavior: A case study of taiwan's Taomi eco-village. **Journal of Sustainable Tourism**, 17, 727-745.

- Lee, T. H. (2013). Influence analysis of community resident support for sustainable tourism development. **Tourism Management**, 34, 37–46.
- Lee, T. H. & Jan, F.-H. (2019). Can community-based tourism contribute to sustainable development? Evidence from residents' perceptions of the sustainability. **Tourism Management**, 70, 368-380.
- Lepp, A. (2007). Residents' attitudes towards tourism in Bigodi village, Uganda. **Tourism Management**, 28, 876-885.
- Marujo, M. (2008). **Turismo e comunicação**. RVJ editores, Castelo Branco.
- Minuzzi, J. (2011). **Desenvolvimento de metodologia para identificar competências da governança endógena de arranjos produtivos locais**. (Tese de doutoramento não publicada). Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
- Mielke, E. J. (2009). **Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária**. Campinas, São Paulo: Átomo.
- Mielke, E. C., & Pelgas, F. V. (2013). Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. **Revista Turismo em Análise**, 24 (1), 170-189.
- Mitchell, J., & Muckosy, P. (2008). A misguided quest: Community-based tourism in Latin America. **ODI Opinion**, May, 102.
- Moraes, W. V., Ribeiro, G., & Emmendoerfer, M. L. (2013). Ensaio de uma metodologia com indicadores para o turismo de base comunitária: o caso do território da Serra do Brigadeiro – Brasil. **PASOS - Revista de Turismo y Património Cultural**, 11 (2), 297-312.
- Okazaki, E. (2008). A community-based tourism Model: Its conception and use. **Journal of Sustainable Tourism**, 16(5), 511-529.
- Organização das Nações Unidas (ONU) (2015). Notícias e Mídia - Radio ONU. Agenda 2030 – **Entenda o que é Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2015/10/agenda-2030-entenda-o-que-e-o-desenvolvimento-sustentavel/#.WgS2IuvCWU>. Acesso em: novembro, 9, 2017.
- Organização Mundial do Turismo (OMT) (1996). **Planejamento para o turismo sustentável em nível municipal**. Madrid.
- Organização Mundial do Turismo (OMT) (2001). **Introdução ao turismo**. Tradução Dolores Martins Rodrigues Cómer. Ed. Roca, São Paulo.
- Organização Mundial do Turismo (OMT) (2003). **Turismo internacional: uma perspectiva global**. 2ª ed. Bookman, São Paulo.
- Organização Mundial do Turismo (OMT) (2012). **AJONU**. Disponível em: <https://ajonu.org/2012/10/17/organizacao-mundial-do-turismo-omt/>. Acesso em: novembro, 10, 2017.
- Padin Fabeiro, C. (2004). **El desarrollo endógeno local, estudio de la actividad turística como forma de aprovechamiento de los recursos: aplicación al caso del Baixo Miño**. Tesis (Doctorado em Ciencias Economicas) – Departamento de Economía Aplicada, Universidad de Vigo, Vigo, 2004.
- Pakman, E. (2014). Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. **XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, Universidade do Estado do Ceará.
- Pecqueur, B. (2005). O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**. 24 (1 e 2), 10-22.
- Porter, M. E. (1998). Clusters and the new economics of competition. **Harvard Business Review**, 76 (6), 77-90.
- Porter, M. E.; Delgado, M.; Stern, S. (2010) **Clusters and entrepreneurship**. US Census Bureau, Center for Economic Studies, Washington.
- Raffestin, C. (1993). **Por uma Geografia do Poder**. Ática, São Paulo.
- Russell, P. (2000). Community-based tourism. **Travel and Tourism Analyst**, 5, 89-116.
- Sancho, A., & Malta, G. (2015). Pesquisa de demanda para Turismo de Base Comunitária: desafios à promoção do encontro entre comunidades e viajantes. **Turismo em Análise**, 26 (1), 38-67.
- Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2012). **Research Methods for Business Students**. 6th ed., Harlow, Pearson Education Limited.

- Scheyvens, R. (2007). Exploring the Tourism Poverty Nexus. In: M.Hall, ed(s). **Pro-poor Tourism: Who Benefits?** Chanel View Publication, Clevedon.
- Stronza, A., Gordillo J. F., & Hunt. C. (2008). Community Views of Ecotourism: Redefining Benefits. **Annals of Tourism Research**, 35 (2), 444-468.
- Tolkach, D., King, B., & Pearlman, M. (2013). An attribute-based approach to classifying community-based tourism networks. **Tourism Planning & Development**, 10 (3), 319-337.
- Teixeira, F. R., Paisana, A. V., Vieira, F. D., & Mayr, L. R. (2017). Contribuição do estudo das características culturais do cluster da malacocultura da Grande Florianópolis para a gestão das atividades do turismo na região. **Revista Turismo - Visão e Ação**, 19 (1), 5-30.
- Teixeira, F. R. (2016). **A influência das especificidades culturais locais na competitividade de clusters: estudo de caso do cluster da malacocultura da região da Grande Florianópolis**. Tese de doutoramento não publicada). Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Portugal.
- United Nations World Tourism Organization (UNWTO) (2016). **Tourism and the sustainable development goals**. 2017 International year of sustainable e tourism for development. Disponível em: <http://www.tourism4development2017.org/knowledge/tourism-and-the-sustainable-development-goals/>. Acesso em: novembro, 10, 2017.